

A inclusão do outro: considerações habermasianas sobre documentos curriculares e o discurso dos professores que ensinam Matemática em uma Instituição pública de ensino.

The inclusion of the other: Habermasian considerations on curriculum documents and the discourse of teachers who teach Mathematics in a public educational institution

<https://doi.org/10.37001/riperm.v12i1.2864>

Yara Patrícia Barral de Queiroz Guimarães

<https://orcid.org/0000-0002-7268-3694>

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

yara.matematica@cefetmg.br

Wagner Barbosa de Lima Palanch

<https://orcid.org/0000-0001-9473-407X>

Universidade Cruzeiro do Sul

wagnerpalanch@gmail.com

Soria Pereira Lima Soares

<https://orcid.org/0000-0001-8621-2108>

Instituto Federal do Pará

soria.lima@ifpa.edu.br

Thiago Mascara da Silva

<https://orcid.org/0000-0002-6568-9051>

Escola Estadual Justino Cardoso

thiago.oblato@gmail.com

Resumo

Objetivamos aqui pesquisar o que envolve o processo de inclusão no ensino e na aprendizagem, a partir da Teoria da Inclusão do Outro, com relação aos professores de Matemática de uma Instituição pública de educação básica técnica e tecnológica de Belo Horizonte/MG. O grupo de discussão foi composto por três professores e a reunião aconteceu por videoconferência, devido ao trabalho no formato remoto, e foi gravada com autorização dos participantes. Como motivação para a discussão foi lançada uma pergunta para os participantes; o PPI – Projeto Pedagógico Institucional serviu de inspiração para a formulação da pergunta, pois nesse documento nós buscamos traços sobre a inclusão no ensino. A Teoria do Agir Comunicativo e a Teoria da Inclusão do Outro, de Jurgen Habermas, foram o referencial teórico adotado para a análise tanto do documento como do discurso dos professores, pois esse autor incentiva o diálogo como recurso para a solução de problemas sociais, de modo a proporcionar mudanças efetivas na realidade social das pessoas.

Palavras-chave: Documentos curriculares. Habermas. Inclusão do Outro. Políticas públicas. Teoria da Ação Comunicativa.

Abstract

We aim here to research what involves the process of inclusion in teaching and learning, from the Theory of Inclusion of the Other, in relation to Mathematics teachers in a public institution of technical and technological basic education in Belo Horizonte/MG. The discussion group was composed of three professors and the meeting took place by videoconference, due to the work in remote format, and was recorded with the permission of the participants. As motivation for the discussion, a question was launched for the participants; the PPI – Institutional Pedagogical Project served as an inspiration for the formulation of the question, as in this document we seek traces of inclusion in education. Jurgen Habermas's Theory of Communicative Action and the Theory of Inclusion of the Other were the theoretical framework adopted for the analysis of both the document and the teachers' discourse, as this author encourages dialogue as a resource for solving social problems. in order to provide effective changes in people's social reality.

Keywords: Curriculum documents. Habermas. Inclusion of the Other. Public policy. Communicative Action Theory.

1. Introdução

Esse artigo é um recorte de um projeto de pesquisa cujo objetivo é pesquisar o que envolve o processo de inclusão no ensino e na aprendizagem, a partir da Teoria da Inclusão do Outro. Para isso, analisamos o PPI - Projeto Pedagógico Institucional de uma instituição pública de educação básica técnica e tecnológica e o discurso de professores quanto ao que entendem e praticam para promover a inclusão em sala de aula.

Esse projeto de pesquisa está inserido em um projeto maior, que já foi submetido a um Conselho de Ética¹, e aprovado com a contemplação de diferentes métodos de coleta de dados. O projeto prevê que pesquisas de doutoramento sejam desenvolvidas nesse contexto, oriundos do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Cruzeiro do Sul. O presente artigo corresponde a um recorte de uma pesquisa de doutorado e os dados foram coletados numa Instituição pública de educação básica técnica e tecnológica; a coleta de dados aconteceu através da busca pelo PPI vigente na Instituição e por meio da gravação da reunião por videoconferência com os professores participantes da pesquisa.

O convite para essa discussão foi enviado para 05 (cinco) professores do Departamento de Matemática da Instituição pública de educação básica técnica e tecnológica, e 03 (três) deles aceitaram participar como voluntários desta pesquisa, sabendo antecipadamente que o tema seria a inclusão no ensino de Matemática. Para isso, lançamos uma questão objetiva, com protagonismo dos professores numa interação com livre participação.

A coleta de dados aconteceu por meio da participação em um Grupo Focal, em que a interação entre os participantes foi observada. Os participantes da pesquisa assinaram o devido termo de consentimento e participação, antes da realização da videoconferência.

¹ Número do projeto: CAAE 30597620.6.0000.8084 , número do parecer: 4.251.979

Para entender melhor o pensamento dos professores, o PPI foi analisado de modo a buscar traços que sugeriram que o tema inclusão seja contemplado no dia a dia docente.

Diante da interação entre os pares, observamos os momentos de falas, as intersecções de opiniões e o potencial que uma discussão desse nível pode promover no meio educacional. Nossa principal referência será Jurgen Habermas, a partir da Teoria da Ação Comunicativa e, particularmente, da Teoria da Inclusão do Outro. Habermas será nosso referencial teórico e metodológico, uma vez que a Teoria da Inclusão do Outro nos ensinará a olhar para o outro com um importante entendimento político sobre inclusão e os dados serão analisados à luz dessa teoria.

A preferência aqui por Habermas se justifica pelo fato dele ser um dos grandes pensadores atuais e defender o diálogo por meio de uma interação ética, de modo a se chegar a um entendimento. Baseado na ética do discurso, esse filósofo alemão acredita que a comunicação pode proporcionar mudanças efetivas na realidade social de grande número de pessoas. O tema central da discussão, ou seja, a Inclusão do Outro, sempre teve seu lugar de grande importância, mas nos últimos tempos, percebemos que a relevância do tema se torna ainda maior; há grande necessidade de se provocar o debate em todos os meios sobre o conceito, assimilação e aceitação do que consiste realmente a inclusão do outro, e chamamos Habermas para nos ensinar a refinar esse olhar.

2. Políticas públicas sobre inclusão: o que temos e o que sabemos

O tema inclusão é bastante amplo, com uma pluralidade de extensões de seu significado. Mas o básico que todos devem entender é que incluir significa agregar, acolher e respeitar, conforme podemos interpretar pela legislação vigente. O Artigo 3º da Constituição Federal do Brasil assegura que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Já o Artigo 5º reconhece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” dispostos em 78 incisos. Uma vez que toda e qualquer pessoa deve ser reconhecida como igual perante a lei é inaceitável que ainda existam tantas formas de discriminação racial, violência por sexismos, e outros tantos tipos de violência que atentam contra a dignidade e que provoca doenças sociais como a fome e a miséria.

O Capítulo I do Título VIII, que diz respeito à Ordem Social, em seu Artigo 193 afirma que o trabalho é a base da ordem social, cujo objetivo é o bem-estar e a justiça sociais. E o Capítulo III, Seção I, que trata Da Educação, traz o Artigo 206 que afirma que o ensino terá como princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (...) VII – garantia de padrão de qualidade; (...) IX – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Toda pessoa tem direito de ser reconhecida em seu espaço e ter sua etnia, opiniões e valores respeitados. A dignidade humana é garantida no momento em que as diferenças existentes não prevaleçam sobre o Ser, de modo que direitos básicos como educação, saúde e segurança não precisem de discussões político-populares para serem alvo de reivindicações.

Já o Artigo 215 garante que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Ainda no mesmo artigo, o Parágrafo 1º afirma que o “Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Ou seja, está garantido na Constituição o direito ao respeito à cultura brasileira e o direito de conhecer a cultura de outros povos. Então, por que em muitos livros didáticos e em muitas atividades em sala de aula ainda prevalece o domínio de uma cultura regional supostamente considerada como um padrão?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394, de 20/12/1996, no seu Artigo 26, aborda que os currículos do Ensino Fundamental e Ensino Médio devem ser organizados a partir de uma base nacional comum (BNCC) em seu novo formato que está em fase de implementação. Há a recomendação de que conste uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia, conforme a clientela.

Ao se considerar os documentos que orientam o processo democrático no país, documentos esses que são de fácil acesso a qualquer pessoa, percebemos que quase tudo o que precisamos para que tenhamos uma sociedade justa, igualitária e equilibrada já está definido e registrado há algum tempo. Mas a realidade que temos não é a ideal, muito pelo contrário: ainda prevalecem privilégios e perpetuação do diferente em detrimento do que deveria ser considerado como igual.

Nesse contexto, há um tema que necessita de grande discussão: a Inclusão. Incluir significa acolher e respeitar a todos como iguais, e reconhecer que todos têm os mesmos direitos como cidadãos. É inconcebível que grande número de pessoas ainda viva na miséria e vivenciam dificuldades básicas para sobreviverem.

Diante das dificuldades observadas que tantas pessoas vivenciam, há de se questionar o lugar que a Inclusão deve ser posicionada no mundo hoje. No que diz respeito ao ensino, as escolas precisam lidar com os problemas sociais de seu público e ainda com as possíveis deficiências e transtornos apresentados pelos alunos.

Mas é fato que algumas adaptações são necessárias para o bom desenvolvimento dos estudantes com alguma deficiência. Por exemplo, estudantes com deficiência visual precisam de atividades escritas ampliadas ou até mesmo escritas em braile; estudantes com deficiência auditiva podem contar com um tradutor em Libras; estudantes com deficiência física, cognitiva ou com algum transtorno podem contar com um acompanhante especializado e ambientes adaptados com rampas, corrimão, pisos táteis, etc. No que diz respeito às deficiências cognitivas, a dificuldade é maior pois as políticas públicas não previram cursos de capacitação em massa, de modo a alcançar muitos professores das redes públicas e privadas de ensino.

A comunidade escolar precisa do entendimento de que a inclusão significa que todos merecem ser tratados com o mesmo respeito e valorização, independente se apresentam ou não alguma necessidade especial. Essa necessidade especial, quando

existir, deve receber o devido respeito e reconhecimento que aqueles que não a possuem recebem.

3. Breve análise do PPI – Projeto Pedagógico Institucional de uma instituição pública de educação básica técnica e tecnológica de Minas Gerais.

Para subsidiar a conversa com os professores, fizemos previamente a análise do PPI – Projeto Pedagógico Institucional com vigência de 2016 a 2020, referente à escola onde os participantes da pesquisa atuam. A versão que irá vigorar a partir de 2021 ainda está em fase de elaboração, sendo esse o documento curricular que orienta as ações na Instituição.

O documento traz uma seção exclusiva sobre Educação Inclusiva, onde aponta um dos princípios de atuação da Instituição: “a valorização do caráter humanista e tecnológico da Instituição, em prol da educação tecnológica, da promoção da cidadania e da inclusão social, com a rejeição de políticas e práticas de exclusão” (PPI, 2016, p. 24). Ainda aborda a existência de um programa de Inclusão e Inserção Social em que prevê que, por meio desse PPI, aconteça:

A atuação na inclusão social e cultural, na democratização da educação e na promoção da assistência estudantil, de forma a criar condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, para que todos possam usufruir, em igualdade de condições, das oportunidades existentes na Instituição.

Dentre as ações previstas no documento, estão a assistência estudantil para a promoção da inclusão educacional e o desenvolvimento estudantil na Instituição, incluindo aí programas para estudantes em vulnerabilidade social e educacional. Os estudantes também têm acesso a acompanhamento psicossocial, que proporciona formação humana e exercício crítico da cidadania.

Quanto aos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas, são propostos o acompanhamento pedagógico e políticas de permanência e êxito na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O PPI prevê a criação de um setor específico para contribuir com a preparação da Instituição para o recebimento de estudantes deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento, que precisam de intervenções educativas especiais.

Consta nesse documento curricular que são importantes a adaptação curricular e o acompanhamento com o devido suporte necessário para a permanência desses estudantes na Instituição, reconhecendo que as pessoas com deficiência têm direito “à convivência não segregada e ao acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos”. Para isso, prevê o desenvolvimento e viabilização de tecnologias assistivas, recursos e serviços que visem o desenvolvimento de atividades diárias para o estudante com necessidade educacional especial.

O documento também cita que foram estabelecidas metas para:

Consolidar o cumprimento dos marcos legais no que tange às relações étnico-raciais, às africanidades, aos afro-brasileiros e aos indígenas, assim como a garantia da ação afirmativa, da equidade de gênero e do respeito à diversidade sexual, tendo em vista a inclusão social. O objetivo é fomentar debates e eventos que reforcem a promoção dos direitos humanos e a consolidação de cultura de inclusão e de respeito às pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais, e às diversidades étnico-raciais e de gênero. (PPI, 2016, p. 26).

Mas, diante de tudo o que o documento curricular propõe, faz-se necessário amplo debate com a comunidade acadêmica, para que exista uma cultura de inclusão e que a Instituição “esteja preparada para romper com barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, adaptando-se, assim, às necessidades educacionais específicas para que pessoas com deficiência física e intelectual sejam de fato e de direito incluídas” (PPI, 2016, p. 26).

A Inclusão é um tema que precisa ser discutido amplamente, debatido em todas as esferas públicas, de modo a fazer com o tema seja de conhecimento popular. A partir de agora, chamaremos Jurgen Habermas, que propõe que as ações sejam pautadas pelo diálogo para a solução de problemas sociais e a garantia do respeito do cidadão.

4. Teoria da Ação Comunicativa

Jurgen Habermas começou a produção intelectual na 2ª metade do século XX. Ele cresceu num contexto de um capitalismo avançado, tecnologia avançada, consumo massificado. Alemão, Habermas foi um jovem nazista por pressão do sistema, não por vontade própria. A partir das experiências vivenciadas na adolescência, ele se tornou um batalhador para que o que foi visto nunca mais aconteça na sociedade, sendo a política um dos pontos marcantes da vida de Habermas, que sempre estudou o espaço público.

O autor acredita na capacidade da emancipação humana e propõe uma razão comunicativa em contraposição à razão instrumental. Ele afirma que temos um mundo do trabalho e um mundo da vida. No mundo do trabalho temos o agir instrumental (ciência aplicada, saber empírico), que tem como finalidade a máxima eficácia; tudo que se faz há um resultado esperado. No mundo da vida há o predomínio da razão comunicativa, em que não há a dominação do próximo; a finalidade é o entendimento, o diálogo, a sociabilidade, o bem-estar de todos.

No mundo do trabalho, a pessoa deixa de ser o que é para ser o que o sistema pede. Exatamente nesse contexto é que surge a segregação e o preconceito.

Habermas explica que a razão instrumental coloniza o mundo da vida e há um empobrecimento da subjetividade e das relações afetivas. Nessa ótica, as ações no mundo da vida buscam apenas a técnica, ou seja, valores éticos e políticos baseados nos interesses próprios.

A racionalidade humana foi reduzida à técnica, à dominação. O ser humano na ganância de dominar a natureza, de dominar a própria espécie acabou provocando todo o caos que há até hoje. Nossas sociedades são plurais, são conflituosas. Os conceitos de bem e mal são deturpados e Habermas propõe que o diálogo baseado na ética é o caminho para que a cidadania e a democracia sejam resgatadas.

4.1. A Inclusão do Outro

O conhecimento e a compreensão, por parte de toda a comunidade escolar, das políticas públicas que envolvem o ensino é uma responsabilidade que precisa ser assumida por todos. Mas a compreensão do que devemos entender por Inclusão também é importante.

Historicamente, as grandes mudanças ocorreram por meio de discussões em larga escala, em que os protagonistas do processo eram ativos participantes da discussão.

Peralta (2019) afirma que o desejo de implantação de novas políticas pode provocar grandes discussões e melhorias efetivas.

Com vistas a compreender o potencial que o diálogo assume frente à necessidade de mudanças na realidade social dos estudantes, chamaremos Habermas (2018) para nos ajudar a analisar o discurso de alguns professores sobre o tema Inclusão.

Uma vez que Habermas propõe a ação por meio da comunicação, é possível que a humanidade resolva muitos problemas através do entendimento entre os sujeitos. Habermas (2018) acredita que, por meio da democracia plena, os valores éticos sejam compreendidos e respeitados – isso é a crença na racionalidade crítica e comunicativa.

Diante de tantos problemas vivenciados pela humanidade, percebemos que seja necessária uma nova relação entre seres humanos de modo a alcançar valores morais e uma ética universal que conduza a uma sociedade melhor e mais justa. Desde que os sujeitos envolvidos sejam capazes de exercerem seu direito de uso da linguagem e da ação, com fins de entendimento, haverá então a comunicação adequada que poderá resultar em ações efetivas para solução de problemas sociais.

Em sua Teoria do Agir Comunicativo (2019), Habermas trata de 4 eixos temáticos: a fundamentação de um conceito de racionalidade comunicativa que sirva de base e princípio norteador; a dicotomia entre o agir estratégico ou instrumental e o agir comunicativo; a elaboração de uma nova teoria da ordem social com primazia do agir comunicativo; e a contraposição entre o mundo da vida e o sistema.

O uso da linguagem é o principal instrumento para o agir comunicativo. A interação é o caminho que Habermas acredita ser o ideal para a construção de uma sociedade mais justa e realmente democrática.

O discurso apresenta grande potencial emancipatório, no momento em que é possível, por meio da linguagem, a construção de ideias e ideais baseadas na legitimidade do Ser e do entendimento. O entendimento, ou acordo, podem surgir por meio do uso da prática argumentativa.

Fala-se muito atualmente sobre inclusão, mas o que pode ser observado é que muitas pessoas não reconhecem, no momento necessário, que uma dada situação é digna de um olhar inclusivo. Haja vista que ainda existem tantas pessoas em situação de vulnerabilidade social e tanta desigualdade no mundo.

Para Habermas, a inclusão do outro pode ser entendida como:

(Em) diferentes âmbitos: no contexto mais abstrato da argumentação moral, que visa explicitar o teor cognitivo de uma moral universalista do respeito igual e da responsabilidade solidária por cada um; em discussões e posicionamentos sobre o desenvolvimento do Estado nacional e a concepção liberal igualitária de cidadania democrática em sociedades plurais, multiculturais e globalizadas; nas concepções de direitos humanos e nas reflexões sobre o cosmopolitismo e direito internacional; no âmbito das lutas por reconhecimento no contexto dos Estados constitucionais democráticos; nas concepções normativas de democracia e na defesa da concepção de política deliberativa a partir do aprofundamento dos vínculos entre Estado de direito e democracia radical. (Habermas, 2018, p. 14).

Habermas acredita que devemos combater a discriminação, humilhação, opressão e dominação arbitrária de modo a promover a Inclusão do outro em sua natureza ou condição do que essa pessoa é, com aceitação e respeito pelas diferenças (2018, p. 23).

Tomando a linguagem como instrumento, quanto mais houver debates a respeito dos temas, tomando sempre uma dimensão positiva para a Inclusão do outro, mais possibilidades há de se chegar a um entendimento.

Mas esse autor também deixa claro que:

Não se trata apenas de atitudes tolerantes de respeito igual a cada um, mas também da exigência de que cada um seja responsável pelo outro – ou seja, é preciso pensar as relações de responsabilidade e solidariedade entre as pessoas em sua alteridade, pessoas que formaram suas identidades em contextos de vida completamente diferentes e que se compreendem à luz de tradições que são estranhas entre si. (Habermas, 2018, p. 14).

Ao se falar em dimensão positiva da Inclusão do outro devemos compreender que isso significa aceitar e respeitar o outro com suas diferenças, sejam elas quais forem. Esse entendimento perpassa pela lógica de “assumir a responsabilidade solidária para com um outro como um de nós (que) se refere ao ‘nós’ flexível de uma comunidade que se opõe a tudo o que é substancial” (Habermas, 2018, p. 28).

Esse raciocínio parece óbvio num primeiro momento, mas a prática não é tão simples. Habermas comenta sobre isso que:

Formulamos proposições que têm o sentido de exigir dos demais um determinado comportamento (ou seja, reivindicar uma obrigação), de nos comprometer com uma ação (contrair uma obrigação), de recriminar os outros ou nós mesmos, de reconhecer erros, de se desculpar, propor reparações, etc. (Habermas, 2018, p. 34).

O autor nos mostra, então, que é preciso assumir uma prática que seja coerente com o discurso, com ações efetivas que promovam a Inclusão do outro. Uma das principais ações que podemos assumir é a luta para que as políticas públicas existentes sejam aplicadas; para isso, investimentos públicos são necessários, além de boa vontade. Para que isso aconteça é fundamental que a população em geral tenha esse entendimento de modo a lutar para que os governantes apliquem efetivamente o que já está posto.

Ao mencionar a palavra ‘luta’ é preciso ter ciência de que essa luta acontece, principalmente, no dia a dia, na convivência no trabalho, na escola, e em todos os ambientes sociais. Essa luta pode acontecer de forma sutil, no momento em que alguém se opõe a uma atitude discriminatória e ainda assume um comportamento de trazer para junto de si aqueles sujeitos vulneráveis socialmente.

No ambiente escolar, esse trazer para junto de si pode acontecer quando os docentes contribuem para que alunos com alguma necessidade educacional especial tenham uma atenção especial, quando há um trabalho no ambiente escolar que ensina que todos merecem o devido respeito e têm seu lugar de direito. Por meio dessas práticas cotidianas, chegará um momento em que as diferenças serão compreendidas e não causarão desconforto em ninguém mais, pois haverá a percepção de que todos são iguais, apesar de serem diferentes.

5. O que o discurso dos professores nos mostra?

A principal referência usada nesta pesquisa, ou seja, Habermas acredita no potencial da emancipação humana e propõe uma razão comunicativa em contraposição à razão instrumental. Ele acredita que o diálogo é o caminho para a solução dos problemas sociais que o mundo vivencia hoje; por meio dessa interpretação, provocamos os

participantes a respeito de um tema polêmico e importante ao mesmo tempo: o conceito de inclusão no ensino.

Para entender como os professores de Matemática de uma instituição pública de ensino compreendem a inclusão no ensino da disciplina, convidamos três docentes que atuam na educação básica técnica e tecnológica para uma conversa sobre o tema. O convite foi enviado, com a disponibilização de um dia e horário, para uma reunião por videoconferência, dado o momento de trabalho remoto devido à pandemia.

Os professores foram escolhidos, dentre um grupo de 36 do mesmo departamento dessa Instituição, por possuírem uma ou mais das seguintes características: tempo de experiência na profissão, experiência com educação inclusiva, conhecimento sobre legislação vigente para a Educação, sensibilidade para percepção de alunos que precisam de mais assistência no ensino.

A coleta de dados então corresponde às falas desses três professores e a análise de dados será apresentada a partir do olhar de Habermas, para buscarmos o potencial desses discursos com vias para o entendimento. O procedimento metodológico adotado foi Grupo Focal, pois o tema a ser discutido permitia a interação entre os participantes num ambiente natural e confortável para o debate. Temos consciência de que a interação em grupo pode levar algum (ou alguns) participante(s) a se influenciar pela opinião dos demais, mas isso também seria observado.

No encontro desse Grupo Focal, houve pouca interferência da pessoa entrevistadora, para que os participantes se sentissem livres para expor suas ideias com naturalidade e espontaneidade. Os participantes entre si debateram o tema, sendo que não se encontraram antes desse momento para discutir o assunto, e se sentiram confortáveis para concordar e discordar uns dos outros em alguns pontos.

Uma vez que a plataforma utilizada pela escola durante o Ensino Remoto Emergencial foi o Teams, optamos por criar uma equipe com título do projeto e inserir os três professores. Essa equipe será o repositório que utilizaremos para arquivar os dados coletados, bem como para informar os participantes sobre o andamento da pesquisa.

A reunião aconteceu numa quarta-feira, no período da tarde, e foi gravada com autorização dos participantes. Antes de iniciar a gravação, os objetivos da pesquisa foram expostos aos participantes, inclusive sobre o fato de que esse é um recorte de um projeto de pesquisa para obtenção do título de doutorado.

Após o início da gravação, iniciou-se a discussão com a seguinte fala:

Quadro 01: fala de apresentação

A partir de agora a reunião está sendo gravada. O que eu gostaria de ouvir de vocês é o que vocês entendem por inclusão. Como nosso campo de trabalho é a docência, então eu gostaria de saber como vocês acreditam que podemos promover a inclusão no ensino de Matemática. Eu agradeço a disponibilidade de vocês e, a partir de agora, vou interferir o mínimo possível e estou pronta para ouvi-los.

Fonte: arquivo pessoal (2021)

Após esses momentos de esclarecimentos, os participantes tomaram livremente a palavra e apresentaram seus entendimentos. Percebemos que todos se mostraram um tanto angustiados diante do tema, pois se sentem incapazes de resolverem os problemas enfrentados, como poderemos constatar em algumas falas aqui apresentadas.

Um ponto de intersecção entre os discursos dos participantes, que aqui chamaremos de A, B e C, é o fato de que todos apresentaram pelo menos noções sobre a legislação vigente voltada à educação básica. Então, as falas foram ilustradas não só por experiências vivenciadas e observações dos ambientes escolares como também por citações de artigos e regulamentos.

O participante A iniciou a conversa, como os próprios sujeitos chamaram, explicando o que entende por inclusão:

Quadro 02: fala do participante A

Entendo que a inclusão é uma adaptação que fazemos do espaço que temos, não necessariamente físico, mas também do processo para que pessoas que tenham necessidades especiais, diferentes das nossas, possam também se beneficiar do produto ou atividade. Considerando o ambiente escolar, penso que é um conjunto de coisas metodológicas ou não, pois podem ser estruturais também, para que essas pessoas consigam acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, e se beneficiar da formação educacional, que é um direito de todos.

Acredito que o que envolve a estrutura física, para deficientes físicos, é mais fácil, pois demanda recurso financeiro. Mas quando envolve alguma deficiência cognitiva, aí é mais além, porque não é simplesmente pegar um aluno com déficit de atenção, por exemplo, e colocar numa sala de aula com 40 alunos, e querer que ele aprenda ali. Aí penso que não é inclusão, é como maquiagem uma exclusão, pois o fato de o aluno estar ali presente não significa que ele está incluído.

Fonte: arquivo pessoal (2021)

Por meio dessa fala, o professor A, pois ao mesmo tempo que demonstra consciência quanto ao que significa e como promover a inclusão no ensino, ele descreve como as coisas funcionam no atual sistema, o que o coloca numa posição de reação à razão instrumental. Esse professor, ao expor sua fala tão espontaneamente, mostra o quanto a linguagem tem potencial para a ação.

O professor A reconhece que todas as pessoas têm algo de diferente dos demais, no momento em que afirma que “... para que pessoas que tenham necessidades especiais, diferentes das nossas...”. Assim, assume a responsabilidade solidária para com o outro, como sugere Habermas.

Esse professor acredita também que a solução para tantos problemas passa pela formação de professores e pela presença na escola de profissionais que saibam lidar com deficiências. Também acredita que a quantidade de alunos interfere diretamente no desenvolvimento desse aluno, pois muitas vezes, em meio a tantos outros estudantes, ele pode se perder e, nesse caso, talvez o docente não tenha condições de acompanhá-lo devidamente.

A professora B pediu a palavra em seguida e destacou que não podemos esquecer que a inclusão no ensino envolve mais do que o olhar para estudantes com deficiência,

pois há casos de racismo, homofobia, sexismo, etc. Até a situação econômica das famílias interfere, muitas vezes, na disposição e disponibilidade do aluno quanto aos estudos. A professora B demonstrou um olhar sensível para a concepção de direitos humanos, trazendo também aqui a noção de responsabilidade solidária tão mencionada por Habermas.

Por meio dessa fala, a professora B demonstrou o quanto o corpo docente das escolas precisa se adaptar às diversidades do sistema para lidar com os problemas que o alunado apresenta como percalços para o desenvolvimento do seu aprendizado. Entendemos, então, que o discurso dessa participante tem grande potencial dentro da Teoria do Agir Comunicativo, pois reconhece situações que demonstram a necessidade de o professor assumir um olhar sensível para que consiga promover a inclusão no ensino.

Essa fala da professora B também traz traços de que ela compreende que devemos nos “comprometer com uma ação, de recriminar os outros ou nós mesmos, de reconhecer erros, de se desculpar, propor reparações” (Habermas, 2018, p. 34).

Em seu relato, a professora C comentou que os professores, em sua maioria, não estão preparados para lidar com a inclusão. Ela disse que a Instituição onde trabalha também não está preparada para isso e que envolve também interesse em aplicar as políticas públicas. Essa fala da professora C deixa claro o quanto a Instituição precisa de preparo para lidar com a inclusão e que está inserida num contexto de políticas públicas existentes, mas que não são efetivamente aplicadas. Essa fala da professora pode ser interpretada, no contexto de Habermas, conforme o “âmbito das lutas por reconhecimento no contexto dos Estados constitucionais democráticos” (2018, p. 14) e vemos, assim, o caminho que ainda precisa ser percorrido.

Algo importante mencionado pela professora C é quanto à necessária preparação dos outros alunos da turma diante dos colegas que precisam ser incluídos, tanto por apresentarem alguma deficiência como por apresentarem dificuldades em aprender os conteúdos matemáticos. Apesar de encontrarmos estudantes carinhosos e solidários que acolhem a todos os colegas, também vivenciamos cotidianamente situações de *bullying*; vamos nos atentar para essa fala da professora:

Quadro 03: fala do participante C

(...) eu vou lá, preparo material diferenciado para o aluno que precisa e aí os próprios colegas podem fazer ‘chacota’, bullying mesmo, porque o adolescente às vezes pode ser perverso. Quando eu falo perverso, falo daqueles que fazem ‘chacota’ de colegas com deficiências, que não aprendem como os outros, etc. A sensação é que os professores têm que se virar: os problemas vêm e você tem que resolver.

Fonte: arquivo pessoal (2021)

Acreditamos que, por meio desse entendimento, essa fala promove a inclusão no ensino, pois a professora cita elaboração de material diferenciado e como já enfrentou problemas com alunos vítimas de exclusão e precisou intervir positiva e efetivamente.

Outro ponto importante que a professora C mencionou foi sobre a necessidade de a família ser parceira da escola, porque é importante que a família esteja presente em todo o processo. Essa professora fala de um lugar de destaque, pois já foi diretora de ensino na

escola e já viu situações de famílias que escondem ou têm vergonha de falar sobre a deficiência do filho ou filha.

Com esse discurso, a professora C demonstrou o quão necessário é o debate sobre o tema Inclusão no ambiente escolar. Ao se falar em ambiente escolar aqui devemos lembrar que deve ser envolvida toda a comunidade escolar: corpo docente, discentes, técnicos administrativos, famílias. Mas é preciso deixar claro nesse debate que o objetivo é promover a reflexão com vias ao entendimento sobre o que é a Inclusão, sobre o que significa reconhecer e respeitar as diferenças, tomando o devido cuidado para que não sejam formuladas “proposições que têm o sentido de exigir dos demais um determinado comportamento” (Habermas, 2018, p. 34). O debate é a via que pode promover ações positivas baseadas na comunicação ética, ou seja, por meio da democracia.

Contando sobre sua experiência quando foi diretora, a professora C acredita que os órgãos governamentais não facilitam para que as escolas consigam aplicar devidamente as políticas públicas, porque o uso de recursos públicos muitas vezes é barrado por burocracias ou por sua falta mesmo. Já do seu lugar de docente, a professora C lembrou de alunos que tinham direito a um acompanhante especializado em todas as aulas e a escola não conseguia contratar; nesse momento, a professora B citou o caso de um aluno com paralisia cerebral, mas que foi afetado apenas em suas funções motoras, que ficou seis meses sem frequentar as aulas porque a burocracia do sistema não permitia a contratação do estagiário que o acompanharia dentro da escola.

Diante dessas falas das professoras B e C, percebemos como é importante o debate na comunidade escolar para a promoção da inclusão no ensino, uma vez que, muitas vezes, não há saída para as instituições escolares devido à burocracia do sistema. Como já mencionamos anteriormente, Habermas (2018) acredita no poder da democracia plena, de modo que os valores éticos sejam compreendidos e respeitados, e assim há a promoção da Inclusão do Outro.

Os três professores, bem como os autores desse trabalho, já protagonizaram situações em que apresentaram uma demanda dessas à direção da escola e vivenciaram as mesmas dificuldades: 1º) a identificação do estudante que precisa de atenção; 2º) o envio do pedido de estagiário para acompanhar o estudante à direção; 3º) a direção autoriza a contratação do estagiário; 4º) inicia-se o processo de seleção do candidato ideal; 5º) processo de contratação do estagiário e início do acompanhamento. Nesse processo burocrático, o estudante muitas vezes fica sozinho e não tem a quem recorrer a não ser o seu professor ou professora. Os três professores também demonstraram entendimento sobre o que significa a responsabilidade para com o outro, respeitando e aceitando seu lugar de cidadão.

Uma expressão recorrente nas falas foi a falta de capacitação dos professores para lidar com a inclusão. Os participantes sentem falta de cursos que ofereçam a adequada preparação para lidar com o dia a dia docente, de modo a se sentirem mais seguros no trato com estudantes que apresentem necessidades educacionais especiais, principalmente quanto àqueles que apresentam algum transtorno, como Transtorno do Espectro Autista, Asperger, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, etc. Essa intersecção entre as falas demonstra o quanto estão preocupados com a inclusão de seus alunos no processo ensino e aprendizagem.

Identificamos, então, grande potencial no discurso dos professores, com vistas a um agir baseado na comunicação. Como essa foi apenas a primeira reunião do grupo de

discussão, acreditamos que é possível promover a inclusão conforme Habermas defende, ou seja, baseando-nos na comunicação. Dentre os eixos temáticos abordados por Habermas (2019), identificamos que:

- a) Quanto à fundamentação do conceito de racionalidade comunicativa que sirva de base e princípio norteador: os participantes estabeleceram uma interação de consenso e de entendimento.
- b) Não houve dicotomia entre o agir estratégico ou instrumental e o agir comunicativo, pois os participantes não tomaram a palavra para si com intuito de fazer valer sua crença ou opinião.
- c) Não houve a elaboração de uma nova teoria da ordem social com primazia do agir comunicativo, pois o que vivenciamos quanto à teoria da Inclusão do Outro é o olhar para as políticas públicas já existentes. É preciso verificar se estão sendo devidamente executadas, ou seja, não precisamos criar nada.
- d) Percebemos uma contraposição entre o mundo da vida e o sistema, já que a luta pela Inclusão no ensino está no cerne da prática pedagógica, apesar do sistema não permitir que isso aconteça por apresentar tantos problemas e entraves.

Desse modo, percebemos pelo discurso dos professores que há um entendimento sobre a necessidade de se discutir no ambiente escolar o tema Inclusão. O uso da ética na comunicação pode sim proporcionar um entendimento que promova o agir comunicativo.

6. Considerações finais

O tema Inclusão muitas vezes é associado às pessoas que apresentam alguma deficiência ou transtorno. Quando essa pessoa está em idade escolar ou, se adulto, faz a opção pelos estudos acadêmicos ou educação de jovens e adultos, então essa pessoa é caracterizada como pessoa com necessidades educacionais especiais - NEE. Mas é preciso compreender que há também a inclusão social que envolve pessoas em vulnerabilidade social, sendo vítimas de vários tipos de preconceito e discriminação. O debate sobre o tema, então, exige uma preparação no sentido amplo de orientação da população, para que aqueles que tenham o perfil possam se posicionar e exigir o cumprimento dos seus direitos.

A partir da análise do PPI – Plano Pedagógico Institucional da escola onde os participantes atuam, percebemos que as ações sugeridas pelos professores participantes da discussão em grupo estão previstas. Um dos objetivos, inclusive, é a oferta de cursos e momentos de capacitação para o corpo docente e técnicos administrativos, de modo a provocar debates e cultura de inclusão.

Ao demonstrar angústia com a devida preparação para lidar com estudantes que apresentam alguma necessidade educacional especial, fica implícita nos participantes a vontade de acertar, a busca por melhorias na própria prática e a consciência do seu papel de professor. Um olhar sensível para a atuação docente faz com que problemas sejam identificados e a busca por solução otimizada; se a construção de soluções para problemas escolares for conduzida por todo o corpo docente, trabalhando em conjunto, a possibilidade de atingir o maior número possível de alunos beneficiados é bem maior.

Os participantes dessa pesquisa demonstraram ter bons conhecimentos a respeito do tema Inclusão e, considerando o contexto em que todos se encontram, não há como negar que todos discursaram com base no seu campo de trabalho, ou seja, a docência.

Pelo discurso dos participantes, percebemos que o agir comunicativo se sobrepõe à razão instrumental, pois estes tentam driblar as dificuldades do sistema e promover, como podem, a inclusão no ambiente escolar.

Ao reconhecer a necessidade de promover a Inclusão do Outro no ambiente escolar, os professores têm a possibilidade de mudar a realidade social de muitos estudantes. Habermas (2018) acredita que no potencial do diálogo, em que valores éticos sejam compreendidos e respeitados; a Inclusão do Outro não se faz sem esse entendimento.

Diante de tudo o que o mundo vivencia, num contexto de falta de humanidade, o reconhecimento do Outro e o entendimento sobre a importância de valorizá-lo ensina a todos nós que olhar para o outro significa olhar para nós próprios.

7. Referências

- Brasil (1988). *Constituição da República Federal do Brasil de 1988*. Instituir um Estado Democrático. Brasília, DF. Recuperado em 09/04/2021: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Declaração Universal dos Direitos Humanos*. (1948). Paris: Nações Unidas. Recuperado em 01 de junho de 2021: <https://brasil.un.org/pt-br>.
- Habermas, J. (2018). *A inclusão do outro: estudo de teoria política*. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp.
- Habermas, J. (2019). *Teoria do agir comunicativo I: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Wmf Martins Fontes.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB nº 9394, de 20/12/1996*. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Recuperado em 01 de junho de 2021: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.
- Peralta, D. A. (2019). *Habermas e as Professoras e Professores de Matemática: Vislumbrando Oásis*. 01. ed. Curitiba: Appris.
- Projeto Pedagógico Institucional (2016-2020)*. (2016). Sistematiza as políticas e práticas institucionais relativas à organização acadêmica na Instituição. Belo Horizonte, MG. Recuperado em 25 de junho de 2021: <https://www.avaliacao.cefetmg.br/ppi/ppi-2016-2020/>.